

## **RELAÇÕES HISTÓRICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS: A CULTUROLOGIA DO ESTADO DE OLIVEIRA VIANNA NUMA PERSPECTIVA LOCAL**

**Aldieris Braz Amorim Caprini** (Doutor em Educação pela PUC/SP)

### **INTRODUÇÃO**

Esse trabalho é resultado dos estudos sobre “Estado e Políticas Públicas”, especificamente sobre a temática “Teses sobre o Estado Brasileiro”, em que as análises e reflexões foram realizadas a partir de trabalhos de Oliveira Vianna, especialmente, José Murilo de Carvalho e Joaquim Araújo sobre a organização política do país para subsidiar as pesquisas sobre o contexto político de Iconha, no período de 1879 a 1915, objeto da pesquisa para a elaboração da dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), ampliando a discussão teórica para a escrita da dissertação. Assim, será estabelecida uma sistematização da Terceira Parte do livro “Instituições Políticas Brasileiras - volume I”, Culturologia do Estado, de Vianna, com os resultados da pesquisa para a dissertação intitulada “O Comércio como propulsor político em Iconha: o coronel Antônio Duarte”, estabelecendo uma relação entre a teoria e os fatos políticos de determinado tempo e espaço.

A ideologia de Oliveira Vianna está pautada na concepção de que a formação social do Brasil deve ser considerada para entendermos as instituições políticas brasileiras, ou seja, a cultura política do país. No livro citado, objeto desse estudo, Vianna apresenta a organização política identificando os valores que as elites utilizaram para nortear suas ações e a condição do povo-massa nesse contexto, sempre numa perspectiva de valorizar nossa realidade para compreendermos a condição política e social, negando modelos estrangeiros.

Observa-se que a ideologia de Vianna nos norteia na análise da política local apresentada, e a sistematização entre ambas nos proporciona uma reflexão acerca da política brasileira, o que será apresentado nesse trabalho. Para sua elaboração, foi realizado um estudo bibliográfico dos trabalhos de Oliveira Vianna, destacando

“Instituições Políticas Brasileiras”, para identificar sua concepção sobre o estado brasileiro. Para sistematizar sua ideologia com determinada realidade, no caso a política na vila de Iconha, foram utilizados os livros “História de uma colonização” de Idalgiso Simão, “Iconha: nosso município” e a dissertação do autor deste artigo, juntamente com outros autores, para apresentar o contexto político local. Desse modo, o trabalho consiste numa revisão bibliográfica que visa à relação de um estudo teórico com fatos políticos concretos.

Inicialmente, demonstraremos sua concepção da política brasileira, isto é, a culturologia do estado. Em seguida, será apresentada a política na vila de Iconha para estabelecermos uma sistematização entre a teoria de Vianna e o contexto político de Iconha, seguido das considerações finais.

Busca-se, com isso, ampliar os estudos e reflexões sobre a política brasileira, a partir de um teórico que muito tem a contribuir para compreendermos nossa cultura política.

## **I – O PENSAMENTO DE VIANNA E A CULTUROLOGIA DO ESTADO**

A doutrina de Oliveira Vianna consiste, de forma simplificada, na centralização política do Estado para romper com as oligarquias e conduzir ao verdadeiro Estado democrático e representativo, livre da interferência de grupos que visam aos interesses individuais em detrimento do coletivo. Ressalta ainda que, para alcançar esse objetivo, seria necessário romper com modelos políticos estrangeiros e buscar modelos nacionais, observando a trajetória política do Brasil em cinco séculos. Nas palavras de Paim (1987, p.176),

Oliveira Vianna formulou uma proposta inteiramente original e que de certa forma correspondia a uma grande síntese da tradição política nacional, considerados os cinco séculos de sua existência e não apenas o último deles, a partir da independência, como veio a tornar-se praxe. A modernização do país deve abranger o plano das instituições políticas, como pretenderam nossos liberais desde a Independência. Mas essa modernização institucional, para deixar de ser um simples voto, exige transformação da sociedade que só o Estado pode realizar. (PAIM, 1987, p.176)

Vianna destaca a existência de um clã político oriundo de um processo histórico-político, que, para nos livrarmos dessa instituição política, o clã, e alcançarmos uma verdadeira sociedade democrática, participativa e liberal deveríamos passar pela mão poderosa do Estado para “ensinar” o povo à política, ou seja, o centralismo seria um estágio transitório.

Concentrar-nos-emos na análise da Culturologia do Estado, que apresenta como se formou essa instituição política brasileira formada por oligarquia, então denominada por Vianna de clãs, que necessitam serem rompidas para alcançarmos a sociedade liberal.

No entanto, é importante salientar a origem do pensamento de Vianna, muito bem relatado nesse fragmento de Carvalho (1999, p. 208):

Pretendo argumentar que vários pontos centrais do pensamento de Oliveira Vianna enraizavam-se na tradição brasileira e não na estrangeira. Ele mesmo reconhecia sua dívida com alguns de seus predecessores, particularmente com Alberto Torres e Silvio Romero. Mas creio que deita raízes numa família intelectual que antecede muito Silvio Romero e que tem longa descendência. Falo de uma linha de pensamento que começa com Paulino José Soares de Souza, o visconde de Uruguai, passa por Silvio Romeu e Alberto Torres, prossegue com Oliveira Vianna, e vai pelo menos até o Guerreiro Ramos. Vou deter-me em deter-me em Uruguai, o patriarca da família, que Oliveira Vianna conhecia e citava, embora dele não se declarasse seguidor. (CARVALHO, 1999, p. 208)

Embora Vianna não faça a menção que devesse a seus predecessores doutrinários, compreende-se assim por que ele seguiu as linhas sociológicas descritas anteriormente.

Para aprofundarmos a ideologia de Vianna, seria necessário um amplo estudo de seus trabalhos; contudo, nos concentraremos no que ele denomina de Culturologia do Estado, sendo essa parte de seu livro importante para compreendermos o objeto que, segundo ele, deve ser rompido para alcançarmos uma sociedade liberal: as oligarquias ou clãs.

Primeiro, devemos esclarecer que Vianna considera a cultura política brasileira, expressada pelas oligarquias, como resultado do processo histórico brasileiro de cinco

séculos, contando a partir de 1500. A sociedade age conforme valores oriundos desse processo, que se tornam concretos através de complexos e instituições.

Para Vianna, os complexos seriam: complexo do feudo ou clãs feudais; o complexo da família senhorial ou clãs parentais; e os clãs eleitorais. Já as instituições seriam os meios de esses complexos se personificarem, consistindo em:

**Tipos sociais:** o oligarca, o coronel, o “genro”, o “sobrinho”, o “afilhado”, o eleitor de cabresto, o político profissional...

**Instituições sociais:** os partidos nacionais, estaduais e municipais. Engloba-se também o fanatismo religioso e o banditismo, ou outra organização, que tenha sua formação com objetivos políticos.

**Usos e costumes:** ações da política como assassinato de adversários, cargos de confiança, voto do cabresto, o costume das atas falsas, a degola...

Esse conjunto apresentado, formado pelos complexos e instituições, é assim sintetizado por Vianna (1987, p. 154):

Como quer que seja instituições, e tipos, e usos, e costumes, tudo isso constitui, no seu todo, uma trama de fatos interdependentes que tem uma explicação histórica e uma razão científica de ser: a culturologia, a sociologia genética, a história social nos dão a razão de sua existência na nossa sociedade atual. (Vianna, 1987, p. 154)

Em cinco séculos, a trajetória política do Brasil esteve atrelada a grupos ou elites que tiveram seus interesses alcançados em detrimento do povo. No Brasil Colônia, verificamos o poder dos donatários e grandes fazendeiros. No Império, prevalece o grande latifundiário e comerciante, sem muita alteração com relação à colônia, porém agora há disputa eleitoral que conduzirá as práticas eleitorais para manter-se no poder. Na República, há rupturas em alguns aspectos com relação ao Império, mas também permanências, já que o poder agora não está nas mãos do poder hereditário, e sim, do voto. Singular em toda a história está que o povo não participa ativamente e livre de interesses particulares.

A conceituação e a identificação dos clãs são importantes para compreendermos a ideologia de Vianna, uma vez que ele defende o fim das oligarquias, isto é, os clãs.

Estes surgem no decorrer da História do Brasil e são característicos do tempo e contexto político, econômico e social. Mas, como salientamos, possuem a singularidade de conduzirem a dominação da massa por um grupo, que Vianna utilizou o termo “clã”. Assim, a existência de uma sociedade específica, um conjunto de estratégias e tipos sociais, com o objetivo de dominar a sociedade, vai denominar-se de clã, que já foram relacionados e agora apresentamos.

O clã feudal consiste, conforme Vianna (1987, p.161),

[...] nos elementos materiais, espirituais e humanos, que se prendem à propriedade da terra e à sua condição de força produtiva [...] em suma, o domínio do fazendeiro, considerado no seu aspecto geográfico, econômico, social, religioso, artístico, jurídico e político. (VIANNA, 1987, p.161)

Esse complexo representa a dominação no Brasil Colônia, embora mantenha resquícios posteriores, porque até a independência não havia necessidade de manter um eleitorado, importante era dominar sua propriedade, garantindo a ordem e a posse. A fazenda de cana-de-açúcar simboliza esse cenário no qual o senhor domina de escravos a sua família passando pelos agregados. De acordo com Vianna (1987, p. 162), o objetivo de manter um clã feudal é garantir as “relações da sua população com o senhor ou proprietário para dois fins determinados: ou a defesa do domínio, ou o prestígio do proprietário.”

Quanto aos clãs parentais, é importante esclarecer que no Brasil a organização da família não seguiu a organização romana ou celta que compunha a primeira, milhares de pessoas e a segunda a relação com várias gerações. Esse complexo tinha como função a solidariedade parental, proteção e assistência com os membros. Assim, podemos afirmar que, na época colonial, a família senhorial tinha a função de assegurar e aumentar o poder das famílias, por meio da obtenção e proteção das terras, o que não foi excluído no Império, pois também tinha a finalidade eleitoral, formando oligarquias fiéis. O poder político deveria ser mantido pela família.

Dessa forma, o clã feudal e o clã parental demonstram a cultura política dos três primeiros séculos, que ainda se mantiveram no quarto século através do clã eleitoral.

Este vai ser resultado do processo político de 1822 e a fusão dos clãs feudal e parental. Isso ocorre porque ambos formavam um poder privado e agora com a necessidade de organizar-se politicamente se fez necessário fundi-los, daí o clã eleitoral, assim definido por Vianna (1987, p. 220):

Por isso mesmo é que chamamos a essas novas e pequenas estruturas locais, aqui surgidas no IV século – de clãs eleitorais. Por que são tanto clãs como são os feudais e os parentais, já anteriormente estudados, tendo a mesma estrutura, a mesma composição e a mesma finalidade que estes; apenas com uma base geográfica mais ampla - por que compreendendo todo o município, e não apenas a área restrita de cada feudo (engenho ou fazenda). Por sua vez, esses pequenos agrupamentos locais, depois de 1832, passaram a filiar-se a associações mais vastas, que são os Partidos Políticos, de base provincial primeiro e, depois, de base nacional – o Partido Conservador e o Partido Liberal, com sede no centro do Império e tendo como chefes províncias os Presidentes de Província. (VIANNA, 1987, p. 220)

Nesse cenário eleitoral, após a Independência, é que ganha espaço tipos sociais como o coronel ou mandão local, surgem instituições partidárias e usos e costumes como o mandonismo e o voto do cabresto, presentes no Império e, principalmente, na Primeira República.

A oligarquia rural formada por grandes fazendeiros é revestida pelo Estado através do título de coronel, juízes - municipais e juízes-de-paz. Esses cargos eram importantes para o clã eleitoral, ou melhor, dizendo, para determinado grupo político. Obter esses cargos era sinônimo de poder e meio para garantir votos. O clã que tivesse entre seus membros um cargo de juiz deixava a população em suas mãos, inclusive adversários.

Também surgem as fraudes eleitorais, voto do cabresto e toda artimanha para manter-se no poder local e assim formar uma rede que ligava o municipal ao estadual e ao federal. Não é o objetivo desse trabalho descrever o contexto político do Império e especialmente da Primeira República que já é de amplo conhecimento, e sim, demonstrá-lo a partir da ideologia de Vianna. Todavia, é interessante a descrição que ele faz sobre esse cenário político:

É que do Governador da província dependia a designação das autoridades municipais: e compreende-se o porquê destes grupamentos de clãs que se iam formando em torno dele. No fundo, eram grandes senhores dominiciais, chefes de vastos clãs parentais, que disputavam, através dele, o mando local; quer dizer: o direito de oprimir rivais, de aconchegar parentes e amigos nos pequenos ofícios locais – o que era um meio, praticamente, de assegurar-se contra a possibilidade de perseguições partidárias dos funcionários e autoridades locais [...] (VIANNA, 1987, p.222)

E continua

Na verdade, foi a Guarda Nacional um dos fatores que mais concorreram para a fusão *in loco* dos antigos clãs feudais e parentais na unidade do 'clã eleitoral' (partido do Barão ou do Coronel), que era uma organização de base mais ampla do que a do clã feudal e do clã parental- por que municipal e não mais dominical ou latifundiária. (VIANNA, 1987, p.224)

Os clãs feudais e parentais originaram o clã eleitoral por necessidade. A partir de 1822, não bastava ter domínio sobre suas terras, escravos e pequenos proprietários e uma base aristocrática familiar, era necessário dominar a massa de eleitores. A dependência foi obtida através da reorganização da instituição: os grupos formados por clãs feudais e parentais vão unir-se para ser o clã eleitoral e usar novas práticas como o voto do cabresto, fraudes e clientelismo. O fazendeiro vai tornar-se coronel fazendeiro e, além dos latifundiários, surgem políticos com título de coronéis que são comerciantes ou profissionais liberais que vão dominar um município ou região.

Essa é a estrutura política nos quatro primeiros séculos e início do quinto, uma cultura política baseada em clãs, que se adequavam ao processo histórico. Para expurgar essa realidade e trazer a verdadeira democracia política, seria necessário um governo centralizador para conduzir o povo para uma sociedade liberal e democrática, através de um modelo político nacional e não estrangeiro, verificando a nossa realidade.

Na concepção de Vianna, não poderíamos explicar nossa política com olhares europeus porque aqui não houve o feudalismo europeu, Revolução Francesa, condes, duques e barões, com exceção da peculiaridade do Segundo Império. Houve a existência de donatários, senhores de engenho, coronéis e outros tipos sociais típicos da nossa sociedade; pois, segundo o autor (1987, p. 125), “politicamente, os ingleses, por exemplo, não conhecem o clã e seu espírito de faccionismo [...]”

Para acabar com a política de clãs, especialmente na Primeira República, seria necessário rever a cultura política, posto que

O problema fundamental de uma reforma política em nosso povo, fundada em bases realísticas – dizia eu em 1922 – será organizar um conjunto de instituições específicas, um sistema de freios e contrapeios, que – além dos fins essenciais e toda organização política – tenha também por objeto:

- a) Neutralizar a ação nociva das toxinas do espírito do clã do nosso organismo político-administrativo;
- b) Quando não seja possível neutralizá-las, reduzir ao mínimo a sua influência e nocividade. ( VIANNA, 1987, p.125)

Disso decorre a característica marcante do pensamento de Vianna de defender uma reestruturação política com modelos nacionais, visto que não há como usarmos o ideal descentralizador inglês ou norte-americano para acabar com esse mal da política brasileira: os clãs. Somente um governo centralizador teria sido capaz de eliminar esse contexto político, fruto de quatro séculos em que os clãs feudais e parentais deram origem ao clã eleitoral, oriundo de um contexto histórico.

O meio, para tanto, seria seu modelo de estado em que a sociedade se transformaria através do Estado centralizado, pois seria impossível um liberalismo político sem uma sociedade liberal e, para alcançá-la, deveríamos acabar com os clãs valendo-se do autoritarismo que ensinaria o povo-massa a verdadeira democracia para que então fosse “emancipada” com o pleno exercício da democracia.

Por isso, ele é considerado um dos mentores do governo de Vargas que, segundo Vianna (1987, p. 135), seria resolvido da seguinte forma:



Das soluções possíveis para o nosso problema da administração local, a única solução, que pode conciliar o princípio da unidade e da autoridade política nacional com o imperativo da descentralização administrativa, imposta pela nossa desmedida extensão territorial, é – não a descentralização política (municipalismo, Federação ou Confederação): mas, pura e simplesmente, aquilo que os estadistas chamam “desconcentração”! – solução intermédia, em que a unidade política do Poder central – condição essencial da unidade nacional - se mantém inatingida em face da descentralização administrativa. (Vianna, 1987, p. 135)

Assim, Vianna mostra que a Cultura Política do nosso estado é resultado da nossa condição social expressa pelos complexos de clãs feudais, parentais e eleitorais e suas instituições que devem ser eliminadas através do governo centralizado e autoritário, sem utilizar os modelos estrangeiros para, assim, alcançarmos um verdadeiro estágio democrático.

Esse contexto apresentado é visível em nossa História Política; entretanto, para aprofundarmos a reflexão sobre a concepção de Vianna, vamos conhecer os aspectos políticos de determinada região para analisarmos, em seguida, suas concepções relacionando sua teoria de cultura de estado com a realidade.

## **II – POLÍTICA NA VILA DE ICONHA: 1879-1915**

Compreender a formação política do município de Iconha requer uma análise da estrutura econômica e social que se formou no findar do Império e início da República. Até 1879, a região que hoje compreende Iconha era habitada por forasteiros, em número de 04 ou 05 casas, segundo Simão (1991, p.21), que viviam da agricultura de subsistência. Nesse ano, o imigrante português Antônio José Duarte abre uma casa comercial na referida vila e logo recebe como sócio o comerciante José Gonçalves da Costa Beiriz, que possuía negócios na vila de Piúma, denominando-se Casa Comercial Duarte e Beiriz.

A Casa Comercial Duarte e Beiriz tornou-se uma das maiores do estado e foi responsável pela transformação de uma região praticamente desabitada em um

município com infra-estrutura. Os proprietários da firma, especialmente Antônio José Duarte, tornaram-se grandes chefes políticos locais, tanto que tinham o título de coronel. No entanto, esse desenvolvimento comercial não ocorreu por acaso ou sorte, nem as obras públicas realizadas pela firma foram fruto da caridade, bem como o poder político obtido pelos comerciantes foi resultado de seus méritos espontâneos na urna.

Quando foi criada a casa comercial, a vila era praticamente desabitada, o que do ponto de vista comercial não é lucrativo, mas os comerciantes tinham outro objetivo. A região consistia em terras virgens e, a partir de 1877, chegavam imigrantes italianos em busca de terra para o plantio do café. Os comerciantes compraram as terras, que hoje compõem o município, e dividiram em grandes lotes. Quando os imigrantes chegavam eram vendidos esses lotes na condição de pagarem através das futuras colheitas de café.

Nesse contexto, os imigrantes adquiriam produtos alimentícios e ferramentas na casa comercial, já que tinham uma floresta a desbravar e deveriam partir do nada e, assim, a venda fornecia tudo de que precisavam. Os comerciantes vendiam “fiado” para que os italianos pagassem com a colheita. Importante salientar que, além das terras, os imigrantes também deviam os bens adquiridos. Quando era época da colheita, o agricultor levava a produção até a casa comercial para vendê-la. Contudo, era descontado o que devia e continuava a dever, afinal continuava a comprar e havia juros, sem falar que as terras adquiridas levavam anos para serem pagas.

Desse modo, a firma Duarte e Beiriz atuava na venda de produtos e na compra e exportação do café, conforme comprova Saletto (1996, p. 42):

O pequeno produtor ligava-se ao mercado mundial através da ‘venda’, que comprava seu café e o abastecia dos artigos que não produzia. A venda estabelecia uma relação permanente com seus ‘fregueses’, que tinham contas correntes, nas quais eram registradas as mercadorias que eles retiravam ao longo do ano e que seriam pagas com o café na época da colheita. O sitiante em débito ficava ‘preso’ à venda, isto é, obrigado a vender-lhe seu café. (SALETTTO, 1996, p. 42)

Assim, os comerciantes não tinham o trabalho de derrubar a mata e plantar o café para depois colher e exportar. Todo o trabalho na lavoura ficava por conta dos imigrantes que ainda compravam na sua venda. Os comerciantes tinham somente que exportar.

Para tanto, montaram uma infra-estrutura comercial para dar condições aos negócios. O café era levado de barco, através do Rio Iconha, da vila de Iconha até Piúma, onde era depositado na filial, um trapiche, dali era exportado para o Rio de Janeiro e Vitória. Além dos barcos, também possuíam uma rede telefônica entre filial e matriz, isso no começo do século XX. A firma chegou a ser correspondente bancária de agências do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte.

Paralelo ao desenvolvimento comercial, o coronel Antônio Duarte foi ganhando espaço político. A vila de Iconha pertencia ao município de Piúma, mas com seu crescimento tornou-se a sede do poder municipal e tinha no coronel sua força maior.

A firma comercial doou terreno para que fossem feitas ruas, cemitérios, igrejas e escola. Inclusive o coronel Antônio Duarte fundou a biblioteca municipal. Para dar suporte ao poder público, foi construída delegacia, prefeitura e posto do correio. Quanto mais se desenvolvesse a vila a população aumentaria, atraída pela infra-estrutura e as possibilidades de trabalho. Assim, automaticamente, haveria mais compradores para a casa comercial e as obras realizadas na cidade pelo Duarte criavam uma imagem do benfeitor que deveria ser recompensado nas urnas. Desse modo, o coronel conseguia manter-se como o chefe político do clã eleitoral.

Seu poder político advinha também da dependência dos imigrantes com a casa comercial, pois quem não estivesse com o coronel não tinha para quem vender a produção e teria as dívidas cobradas. Assim, em época de eleições, a população conduzia seu voto conforme as necessidades econômicas. O poder político era construído a partir das necessidades da sociedade, uma vez que não havia outra alternativa, todos estavam presos ao coronel, ou seja, as instituições apresentadas por Vianna, especialmente os usos e costumes.

A casa comercial polarizava a vida da vila, era o vendeiro que, por estar próximo do produtor e ser único com instrução, estabelecia vínculos com as pessoas. Era

responsável por dar conselhos, ajuda econômica e apadrinhar. Como o comerciante também era o político, arrumava empregos públicos e fazia a lei do município.

Desse modo, o comércio foi o sustentáculo de poder político à medida que, através dele, o coronel manteve a sociedade atrelada a sua casa comercial e, portanto, deveria retribuir por meio do voto. Salienta-se que a firma financiava as obras que, para a população dominada, era um ato de bondade, mas simbolizava, na verdade, o poder do coronel na região.

A escalada ao poder foi resultado das condições de dependência de imigrantes para com um coronel na aquisição das terras, na falta da ação do governo estadual e federal na construção de obras públicas que deu espaço para o poder privado apropriar-se e torna-se o senhor do município, isso sem citar pormenores que mereceriam um estudo aprofundado.

Assim, verificamos que a política na vila de Iconha nos proporciona um confronto da teoria de Oliveira Vianna com a realidade política para que não nos limitemos a estudos teóricos sem sistematizar com a prática. Após apresentarmos o pensamento de Vianna e a realidade política em Iconha, partimos para a sistematização.

### **III - O PENSAMENTO DE VIANNA EM UMA REALIDADE POLÍTICA: SISTEMATIZAÇÕES**

O contexto político apresentado anteriormente demonstra a cultura política brasileira no final do Império e início da Primeira República e concretiza a concepção de Vianna sobre a organização política de nosso país. Portanto, se fazem necessárias algumas sistematizações sobre esse cenário à luz do pensamento de Oliveira Vianna.

Primeiramente, analisamos como a posse de bens, não nos limitando somente a terra, e a família (clã feudal e o clã parental, respectivamente) conduziriam ao clã eleitoral. Salientamos que não houve em Iconha esses complexos em sua essência clássica do Brasil Colônia e Império, e sim, seus resquícios que levaram a uma nova forma de poder, via eleições.

O coronel Duarte e seu sócio Beiriz adquiriram terras na região e as revendiam para imigrantes; dessa forma, não se tornaram coronéis fazendeiros, mas as pessoas

que compravam as terras ficavam dependentes deles porque as compravam a prazo. Vianna mostra que o poder dos clãs eleitorais era oriundo, em grande parte, da dependência dos trabalhadores do seu patrão, os fazendeiros. Em Iconha, a terra também foi o mecanismo de dominação, porém sem a característica de fazenda.

Vianna afirma (1987, p.162) que os interesses no domínio (terras) e a relação com a população consistiam na “defesa do domínio ou prestígio do proprietário.” Sem analogismos, mas verificando a permanência do prestígio que a terra dava no Brasil Colônia e Império e ainda no contexto da Primeira República para obter votos, em Iconha, esse foi um dos mecanismos de dependência eleitoral.

É interessante ressaltar também que o comércio foi fator importante para alcançar o poder político. As pessoas compravam fiado na casa comercial e estavam presas a ela, principalmente os imigrantes, que dependiam dela para vender a produção de café, para pagar as terras e os gêneros adquiridos. Ressalta-se a casa comercial que, durante o ano, socorria os pequenos proprietários com gêneros alimentícios e objetos para pagarem essas despesas com a colheita anual do café.

Ressalta-se também que as famílias Duarte e Beiriz estavam unidas nas relações econômicas e políticas. Esse poder, oriundo da posse de bens e união de famílias, vai resultar num poderoso clã eleitoral dos Duarte e Beiriz, que segundo Vianna (1987, p. 228) “formado da fusão de duas organizações privadas – o clã feudal e o clã parental - o clã eleitoral foi uma consequência lógica do critério majoritário.”

A vila de Iconha torna-se o domínio do coronel Antônio Duarte, chefe político do clã eleitoral, formando um cenário onde podemos verificar nitidamente as instituições apresentadas por Vianna, pois o coronel é um exemplo de tipo social; caracteriza-se por instituições sociais ao se tornar chefe do partido republicano; e, nos usos e costumes, vale-se do clientelismo, voto do cabresto entre outros.

Duarte torna-se um coronel vendeiro que possui as características apresentadas por Vianna, pois

(...) podemos afirmar que o coronel vendeiro apresenta as características clássicas desse tipo político, como o clientelismo e o mandonismo entre outras, presente no coronel latifundiário,

farmacêutico e até padres. Mas, essas características possuem peculiaridades onde o poder político é resultado dos favores que o coronel consegue fazer através do comércio, como o vender fiado. A dependência dá-se por outra via que não é o emprego no latifúndio. São os bens e a infra-estrutura comercial os meios para chegar ao poder político. Além de ser um tipo de coronel típico de áreas de pequena propriedade, onde o eleitor tem a terra, mas está preso na compra dos bens e na venda dos seus produtos. Assim, essa dependência devia ser revertida em votos e lealdade política. O voto de cabresto, o clientelismo e o mandonismo local, usos e costumes, segundo Vianna, foram os meios que os coronéis usaram para alcançar e manter o poder em Iconha, sendo esse uma característica do clã eleitoral. (CAPRINI, 2007, p. 126)

Era o clã político que conduzia a vida política na vila de Iconha, uma vez que os poucos empregos públicos eram distribuídos pelo coronel e a justiça estava em suas mãos. A casa comercial doou terras para construir ruas, cemitérios e igrejas. O coronel aos poucos construiu o município e se tornou senhor dele.

Além do poder local, o coronel tinha relações com o poder estadual. O deputado estadual Virgílio Silva, de Iconha, era apoiado pelo clã do Duarte e fazia a ligação da esfera municipal com a estadual, o que exemplifica o cenário político nacional assim apresentado por Vianna (1987, p. 227):

[...] todo o empenho desses chefes de clãs rurais, quando associados em clã eleitoral, era obter o apoio do Governador – e cada um deles só assentia congregar-se num clã eleitoral para esse efeito, e só para este efeito; nada mais. (VIANNA, 1987, p. 227)

Com a população dependendo economicamente do coronel, os órgãos públicos em suas mãos, sendo considerado o grande benfeitor do município e ainda com apoio estadual, o clã da família Duarte e Beiriz, representado pelo coronel Duarte, é a clara expressão do clã eleitoral de Oliveira Vianna.

Iconha era um núcleo, uma parcela, do sistema político nacional que, em seu conjunto, formava uma nação dominada por oligarquias, clãs, que visavam aos interesses individuais em lugar do coletivo. A cultura política do país estava formada por

clãs feudais e parentais que se fundiram no clã eleitoral. O fragmento de Vianna (1987, p.158) sintetiza esse ponto:

Estes grandes partidos [partidos nacionais] – se porventura os submetemos a uma análise sociométrica da sua estrutura, decompondo-se nos seus elementos celulares – verificamos que todos eles se reduzem a estas unidades primárias. Microorganizações de tipo exclusivamente personalista, nelas vemos agrupada e arregimentada a população rural, tendo sempre à frente um grande proprietário rural ou um importante comerciante [caso de Iconha], hoje e, na Monarquia, um ‘senhor de engenho’, um grande proprietário de fazendas de café ou de açúcar – coronel, comendador ou barão. (VIANNA, 1987, p.158)

Esse sistema político demonstrado por meio de uma política local é o que Vianna aponta como resultado do nosso processo social resultado de séculos de uma cultura política formada por grupos, que deve ser expurgada através do estado forte.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No estudo sobre a política, é comum ocorrer a dicotomia teoria e realidade política, isso porque não se busca, muitas vezes, explicar os fatos e propor soluções a partir de pensamentos acadêmicos. Com relação a Oliveira Vianna, temos um excelente trabalho sobre a cultura política do Brasil e muitos ainda falam de coronelismo e oligarquias como elementos aleatórios, fora de um contexto teórico.

Verifica-se, após o estudo do texto “Culturologia do Estado”, de Oliveira Vianna, que o autor apresentou a cultura política do Brasil, em cinco séculos, através da nossa condição social e não por modelos estrangeiros. No período Colonial, verificamos a força do poder através da posse de terras, o clã feudal, já que as elites estavam preocupadas em manter seu domínio porque não havia partidos políticos, assim o poder não era simbolizado pela política e sim por bens. Outra forma de demonstrar poder era a família que formava uma aristocracia rural. Assim, temos dois clãs, o feudal e o parental, que surgem na Colônia e se mantêm no Império; mas, com a Independência, vão transformando-se no clã eleitoral.

A partir de 1822, não bastava ter terras e uma família de prestígio, era necessário ter os votos, daí a nova configuração política que começa com o Império e consolida-se com a República. Embora os mecanismos de poder sejam diferentes, ocorre uma singularidade: um grupo domina a massa.

Essa síntese da cultura política brasileira nos quatro primeiros séculos a partir da nossa realidade é a grande contribuição de Vianna para o estudo da sociologia política brasileira. Numa linha cronológica, podemos dizer que ele nos mostra o Brasil desde a chegada dos portugueses até o Governo de Vargas, que seria a transição da política de clãs para uma sociedade liberal e democrática, via autoritarismo.

Ainda que suas obras apresentem pontos a serem questionados e que após 1945 seu pensamento tenha sofrido duras críticas, devemos reconhecer que seu trabalho não se limita somente à teoria e idéias sem fundamento prático. Seu trabalho, *Instituições Políticas Brasileiras*, teoriza nossa cultura política e proporciona a compreensão dos fatos, além de conduzir sua análise e reflexão.

Comprovamos esse argumento ao demonstrar na realidade política de Iconha a teoria de Vianna, em que verificamos como se forma e atua um clã eleitoral. O poder do coronel Duarte exemplifica claramente o complexo de clã eleitoral apresentado por Vianna.

Ao sistematizar a teoria com a realidade política de Iconha e identificarmos as concepções de Vianna nos fatos políticos, conclui-se que seu trabalho não se limita a idéias. Suas concepções vão ao encontro à realidade e nos ajudam a compreendê-la e buscar soluções, no caso, a nossa cultura política.

### **Sobre o autor**

Licenciado em História pela Faculdade São Camilo – ES, Mestre em História pela UFES e Doutor em Educação pela PUC/SP. Professor do IFES – Campus Cariacica.

### **Referências Bibliográficas**

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim, et alli. **Iconha**: nosso município. IHGI: Iconha, 2004.



\_\_\_\_\_, *O Comércio como propulsor político em Iconha: o coronel Antônio Duarte (1889-1915)*. Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas. Programa de Pós-Graduação em História da UFES, Vitória, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999

PAIM, Antonio. Oliveira Vianna e o pensamento autoritário no Brasil. In VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. São Paulo: USP, 1987.

SALETTTO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo*: EDUFES: Vitória, 1996.

SIMÃO, Idalgiso. *História de uma colonização*. Ed. Frangraf. Cachoeiro de Itapemirim, 1991.

VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. São Paulo: USP, 1987.